



POLÍTICAS DE GESTÃO

POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSIBILIDADE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS SUPERIORES

Autoria:
Prof. Dr. Jeová Rodrigues dos Santos
Prof. Ms. Rogeh Alves Bueno

GOIÂNIA, GO
2018

FACULDADE ASSEMBLEIANA DO BRASIL
POLÍTICAS DE GESTÃO
POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSIBILIDADE PARA INCLUSÃO DE ALUNOS
COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NOS CURSOS SUPERIORES

1. APRESENTAÇÃO

A FASSEB – Faculdade Assembleiana do Brasil é uma faculdade teológica, entre suas preocupações está a inclusão, para garantir que todos possam ter acesso ao ensino superior.

No atual contexto universitário brasileiro, vai se delineando o aumento do número de pessoas com necessidades educacionais especiais frequentando os cursos de graduação, o que provoca a necessidade de adoção de medidas para atender às necessidades educacionais especiais desses universitários. Há dois aspectos fundamentais no que respeita a tais medidas: o acesso (vestibular) e a permanência nos cursos. Segundo Sasaki (2001, p.1),

para garantir que as medidas de acesso e permanência na universidade sejam implementadas de acordo com a nova visão de sociedade, de educação e de cidadania em relação à diversidade humana e às diferenças individuais – todas as pessoas devem ser aceitas e valorizadas pelo que cada uma é como ser humano único e com os atributos que cada um possui para construir o bem comum, aprender e ensinar, estudar e trabalhar, cumprir deveres e usufruir direitos e ser feliz.

O acesso ao vestibular é o primeiro passo para que jovens e adultos deem continuidade às suas trajetórias educacionais, não somente ampliando seus conhecimentos, construindo seus saberes, mas arquitetando seus horizontes profissionais. Sem dúvida, a consolidação de uma sociedade democrática passa pelo direito de opção, de escolha profissional.

Vencida a barreira do ingresso, a próxima e mais longa barreira a ser enfrentada é a da permanência no curso superior eleito. A questão fundamental para permitir a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no contexto do ensino superior é entendê-la e resolvê-la como uma tarefa conjunta da comunidade acadêmica, envolvendo professores, alunos, funcionários e corpo diretivo. Para a consecução dessa tarefa, torna-se necessária uma reflexão coletiva

dos professores sobre a adaptação do currículo às necessidades desses alunos, bem como a adaptação da Instituição para oferecer uma estrutura, tanto física quanto acadêmica, mais adequada, para que os alunos possam ser acolhidos, tenham suas necessidades específicas atendidas e sintam-se efetivamente sujeitos participantes do processo educacional.

2 MARCOS LEGAIS

Vários documentos têm anunciado o direito universal de todos. No plano internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no seu artigo 7º, preconiza:

“Todos são iguais perante a Lei. Todos têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (grifo nosso).

Do ponto de vista nacional, a Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) estabelecem que a educação é um direito público subjetivo, garantindo atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

No âmbito da competência do Ministério da Educação, a Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, normatiza os “requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições”, determinando as condições que devem ser cumpridas para garantir ao aluno com necessidades educacionais especiais o pleno direito à educação, atendendo, desta forma, ao princípio da inclusão, tal como consagrada na Declaração de Salamanca, de 1994.

A referida Portaria, ainda, definiu que a Secretaria de Educação Superior, com suporte técnico da Secretaria de Educação Especial, estabeleceria as medidas necessárias que deveriam ser incorporadas aos instrumentos de avaliação das condições de ofertas de cursos superiores, no que tange à acessibilidade de pessoas com deficiências. De fato, tal incorporação ocorreu nos Instrumentos ora vigentes, para Avaliação Externa de Curso¹ e para Avaliação Institucional Externa².

¹ http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_avaliacao_cursos_graduacao_presencial_distancia.pdf

Importante mencionar o Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional de integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Ressalta-se, também, o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Considere-se, ainda, que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, com escopo na Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, determinou que os alunos com deficiência, com transtornos no desenvolvimento global e aqueles com altas habilidades/superdotação têm o direito de que suas necessidades educacionais especiais sejam atendidas na perspectiva da educação inclusiva através de um conjunto de atividades, de recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma a complementar ou suplementar a formação desses alunos nos diferentes níveis e graus de ensino.

Portanto, na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação desses alunos. Essas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ingressou, também, no ordenamento jurídico brasileiro, como Emenda Constitucional, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova York, 2007), promulgada pelo Decreto 6.949, de 25/08/2009. Ainda, em 27 de dezembro de 2012, foi promulgada a Lei nº 12.764 que instituiu a

² http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf

Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Em continuidade aos marcos legais, para garantir o direito à educação de todos, em 6 de março de 2012, foi aprovado o Parecer CNE/CP/Nº8/2012 que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.

No âmbito do Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou, em julho de 2013, os “Referenciais de acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”. Por fim, a Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 aprovou o Plano Nacional de Educação – 2014/2020, que, entre outras determinações, dispõe sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais nos diferentes níveis e graus de ensino. Face ao exposto, pode-se observar que vários documentos legais nacionais e internacionais afirmam o direito de todos terem direito e, conseqüentemente, o direito à educação.

Não há dúvida de que todos têm direito à educação, entretanto, todos devem ter direito às oportunidades, que deverão ser diferentes, de forma a atender às necessidades de todos e de cada um, ou seja, que tenha como fundamento a equidade, que implica educar de acordo com as diferenças e necessidades individuais, independentemente de condições físicas, intelectuais, sociais, étnicas ou outras.

A FASSEB tem um compromisso primordial e insubstituível: introduzir o seu alunado no mundo científico, cultural e social, independentemente de suas diferenças. Portanto, para integral atendimento às recomendações internacionais e aos dispositivos legais nacionais, é fundamental a busca de novas formas de responder aos proclames de uma Educação Inclusiva, garantindo não só o acesso, mas, sobretudo, a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na Instituição, através de um projeto pedagógico que esteja centrado na aprendizagem de todos os alunos, sem exceção. Os alunos com necessidades educacionais especiais devem, sempre, ser vistos à luz das suas potencialidades e possibilidades.

Assim, a FASSEB preocupada em adaptar-se às normas e princípios que garantem os direitos do aluno com necessidades educacionais especiais e, sobretudo, em estabelecer uma política institucional para atingir esse objetivo, vem desenvolvendo uma série de ações para manter, como é seu princípio inamovível, a

qualidade de ensino para todos os seus alunos e, especificamente, assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições necessárias para o seu pleno aprendizado.

3 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS — QUEM SÃO ELES?

Para a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), são considerados alunos com necessidades educacionais especiais:

- I. aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- II. os alunos que apresentam transtornos globais do desenvolvimento com alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndrome do espectro do autismo e psicose infantil;
- III. aqueles com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Ainda são considerados alunos com necessidades educacionais especiais os que apresentam transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. Para melhor entendimento desse grupo de necessidades educacionais especiais, seguem abaixo seus respectivos conceitos:

- **Deficiência Mental:** “Retardo mental é uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade” (AAMR, 2002).
- **Deficiência Auditiva:** diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e deficiente auditivo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (MEC/SEESP/1997).
- **Deficiência Visual:** cegueira: perda da visão em ambos os olhos, de menos 0,1 no melhor olho, e após correção, ou um campo visual não excedente de 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lente para correção; baixa visão – acuidade visual entre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima”.

Esses conceitos são baseados em diagnóstico médico oftalmológico da acuidade visual (MEC/SEESP,1997).

- **Deficiência Física:** variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas de malformações congênitas ou adquiridas (MEC/SEESP,1997).
- **Altas Habilidades/superdotação:** Potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008).
- **Transtorno do Espectro Autista:** deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Lei Nº12764/2012).
- **Dislexia:** transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas (International Dyslexia Association, em 2002).
- **Discalculia:** desordem neurológica específica que provoca dificuldade em aprender tudo o que está relacionado a números como: operações matemáticas; dificuldade em entender os conceitos e a aplicação da matemática; seguir sequências; classificar números. (Manual de dificuldades de aprendizagem, 1998).
- **Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade:** transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de

desatenção, inquietude e impulsividade. (ABDA,1999). Frente a esses conceitos, fica evidenciada a importância da utilização de procedimentos metodológicos que possibilitem sucesso no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

4 CONSTRUINDO A INCLUSÃO

A FASSEB materializa os princípios da inclusão educacional para os alunos com necessidades educacionais especiais com medidas que vão além daquelas tradicionais para a dimensão arquitetônica. Dessa forma, os Projetos Pedagógicos

de seus cursos superiores contemplam acessibilidade metodológica, avaliativa, digital e comunicativa. Essas medidas adotadas pela FASSEB têm como objetivo garantir aos alunos com necessidades educacionais não só o acesso, mas também a permanência com sucesso na educação superior. Quanto às medidas de acesso, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Inclusão, na ficha de inscrição, de um campo de identificação do tipo de deficiência que o candidato apresenta;
- Alocação dos candidatos com deficiência física ou mobilidade reduzida em salas de fácil acesso;
- Disponibilização de um leitor para candidatos com deficiência visual, ou oferta de prova em Braille; e
- Disponibilização de um intérprete de LIBRAS para alunos surdos.

Quanto às medidas para garantir a permanência desses alunos no curso eleito, foram elaborados documentos destinados a todos os docentes da FASSEB, com orientações necessárias à sua prática pedagógica, a fim de facilitar o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em suas disciplinas e destinados aos gestores do campus, corpo administrativo e pessoal de apoio que garantam não só a acessibilidade atitudinal, como também a acessibilidade arquitetônica. Esses alunos são, ainda, acompanhados pelo NAPSI, quanto às suas necessidades específicas e ao seu desempenho. Vamos, então, conhecer esses documentos?



PLANO DE AÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE:

Sugestões de procedimentos
metodológicos em sala de aula
presencial

Prezado(a) Professor(a),

Uma de nossas tarefas como docentes, junto aos alunos com deficiência, com transtorno do espectro autista ou com problemas específicos de aprendizagem, é criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a sua plena inclusão no conjunto da turma.

A partir dessa percepção, aproveitamos para sugerir a você, professor, alguns procedimentos metodológicos que possibilitarão a esses alunos lograrem sucesso na aprendizagem. Elencamos, a seguir, os procedimentos metodológicos mais relevantes por categoria de necessidades educacionais especiais.

DEFICIÊNCIA FÍSICA (paralisia cerebral)

- Permitir o uso de gravador durante a aula;
- Solicitar a um aluno que empreste os seus apontamentos para que o colega possa tirar cópia;
- Lançar mão de avaliação oral, caso o aluno tenha muita dificuldade na escrita e/ou manuseio do equipamento (mouse e teclado);
- Permitir que, durante as aulas práticas realizadas em laboratórios, onde são utilizadas vidrarias, reagentes e altas temperaturas, o aluno, caso necessário, participe apenas como observador;
- Solicitar o rebaixamento da lousa, caso haja aluno cadeirante;
- Arrumar o espaço da sala de modo que possibilite uma boa circulação do aluno cadeirante;
- Possibilitar o uso de recursos tecnológicos como softwares com leitores e/ou teclados com som;

DEFICIÊNCIA VISUAL (Cegueira)

- Solicitar a um aluno vidente que caminhe com o colega cego pela sala, fazendo-lhe notar as carteiras, mesa do professor, a lousa e outras referências, até que ele seja capaz de andar sozinho;
- Ler em voz alta o que escrever na lousa para que o aluno cego possa tomar notas e acompanhar o raciocínio;
- Estar ciente de que é mais lenta a leitura e a escrita em Braille do que a escrita comum;
- Ter o cuidado de verbalizar o material escrito nas transparências ou slides, quando usar, respectivamente, retroprojektor ou datashow;
- Permitir ao aluno cego gravar as suas aulas;
- Indicar com precisão o lugar exato, usando termos como: à sua frente, em cima etc., em vez de “ali”, “aqui”;
- Descrever oralmente, em pormenor, o que pretende que ele faça;
- Fazer uso da avaliação oral, caso necessário;
- Combinar com o aluno a melhor forma de elaboração dos instrumentos de avaliação (prova oral, prova transcrita em Braille ou com o auxílio de um ledor);
- Ter o cuidado de apresentar DVDs dublados.

DEFICIÊNCIA VISUAL (Baixa Visão)

- Reservar um lugar na 1ª primeira fila sem que tenha luz de frente;
- Escrever na lousa com letras maiores, com maior espaço entre as palavras e as linhas;
- Combinar com o aluno o melhor tamanho de letra a ser digitado nas questões das prova;
- Descrever oralmente, em pormenor, o que pretende que ele faça;
- Fazer uso da avaliação oral, caso necessário;
- Ter o cuidado de verbalizar o material escrito nas transparências ou slides, quando usar, respectivamente, retroprojektor ou datashow;
- Permitir ao aluno com baixa visão gravar as suas aulas.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- Reservar, sempre, um lugar à frente da sala que permita ao aluno deficiente auditivo perceber tudo que se passa no ambiente;
- Explicar a matéria, certificando-se de que está bem de frente para o aluno, se possível fale em cima de um tablado – a maioria dos alunos deficientes auditivos faz leitura labial para complementar o entendimento sonoro;
- Apoiar a sua explicação em imagens e textos, facilitando, assim, a compreensão do conteúdo;
- Falar devagar e suavemente, ao ritmo natural e nunca gritar;
- Aceitar a carência de vocabulário e/ou organização sintática incomum como características das limitações de estrutura linguística desse público;
- Escrever na lousa informações importantes como: data, horário, matéria de provas, adiamento das mesmas e trabalhos (até mesmo a ausência do professor);
- Registrar na lousa a bibliografia pertinente à aula dada para que o aluno possa estudar em casa;
- Estimular o aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à matéria que está sendo ensinada;
- Permitir o uso de dicionário durante a realização de avaliações;
- Adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Ter acesso à literatura e informações sobre a especificidade do aluno com deficiência auditiva;
- Manter uma iluminação parcial durante a projeção de slides e transparências, para que o aluno possa ler os lábios do professor e saber o que está sendo explicado; Apresentar, sempre que possível, DVD legendado. Caso não seja possível, entregar um resumo escrito do conteúdo apresentado;
- Diminuir ao máximo a quantidade de ruídos dentro de sala de aula, pedindo a compreensão da turma;
- Solicitar a um aluno ouvinte que auxilie o colega quanto às suas dúvidas e, também, forneça-lhe o conteúdo abordado em aula por escrito;
- Arrumar as carteiras em semicírculo para que o aluno possa participar das discussões, utilizando como recurso a leitura labial.

SURDEZ

- Quando identificar a presença de um aluno surdo usuário de LIBRAS em sua classe, comunicar ao coordenador do curso, no campus, caso o aluno solicite a presença do intérprete de LIBRAS em sala de aula;
- Aceitar a carência de vocabulário e/ou organização sintática incomum como características das limitações de estrutura linguística desse público;
- Escrever na lousa informações importantes como: data, horário, matéria de provas, adiamento das mesmas e trabalhos (até mesmo a ausência do professor);
- Registrar na lousa a bibliografia pertinente à aula dada para que o aluno surdo possa estudar em casa;
- Permitir o uso de dicionário durante a realização de avaliações;
- Adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Solicitar a um aluno ouvinte que auxilie o colega surdo quanto às suas dúvidas e, também, forneça-lhe a matéria tratada em aula por escrito;
- Apresentar, sempre que possível, DVD legendado. Caso não seja possível, entregar um resumo escrito do conteúdo apresentado;
- Falar devagar e suavemente, ao ritmo natural e nunca gritar.

DEFICIÊNCIA MENTAL

OBSERVAÇÃO: A característica marcante do quadro de deficiência mental é um atraso no desenvolvimento global do indivíduo. Ele apresenta uma lentidão no seu desenvolvimento, conseqüentemente, no seu processo de aprendizagem. Entretanto, o aluno com deficiência mental pensa com lógica e raciocina.

- Levar o aluno a aprender os conteúdos de maneira mais ajustada às suas condições individuais;
- Valorizar a convivência desse aluno com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem;

- Introduzir atividades complementares às previstas;
- Introduzir atividades alternativas além das planejadas para a turma;
- Modificar o nível de complexidade das atividades;
- Modificar a temporalidade para determinados objetivos e conteúdos;
- Adaptar os critérios regulares de avaliação, caso seja necessário.

ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO

- Ofertar programas de enriquecimento curricular que favoreçam sua participação e ampliação de possibilidades de aprendizagem em diferentes áreas ou tarefas.

DISLEXIA (distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração)

- Explicar a matéria mais vagarosamente;
- Repetir as informações mais de uma vez;
- Evitar atividades que envolvam memória imediata;
- Oferecer atenção individualizada;
- Escolher um aluno com bom desempenho e que aceite sentar ao seu lado (monitor);
- Permitir que ele realize as provas ou testes oralmente;
- Aumentar o tempo de realização da prova para o aluno;
- Incentivar o aluno a restaurar a confiança em si próprio, valorizando o que ele gosta e faz bem feito;
- Ressaltar os acertos, ainda que pequenos, e não enfatizar os erros;
- Valorizar o esforço e interesse do aluno;
- Evitar o uso da expressão “tente se esforçar” ou outras semelhantes, pois o que ele faz é o que ele é capaz de fazer no momento;
- Falar francamente sobre suas dificuldades sem, porém, fazê-lo sentir-se incapaz, mas auxiliando-o a superá-las;

- Respeitar o seu ritmo, como ele tem dificuldade com a linguagem, pode apresentar problemas de processamento da informação. Ele precisa de mais tempo para pensar, para dar sentido ao que ele viu e ouviu;
- Certificar-se de que seu aluno pode ler e compreender o enunciado ou a questão. Caso contrário, leia as instruções para ele;
- Levar em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa Língua quando corrigir os deveres;
- Dar instruções e orientações curtas e simples que evitem confusões;
- Dar “dicas” específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina;
- Dar explicações de “como fazer” sempre que possível, posicionando-se ao seu lado;
- Permitir o uso de gravador;
- Esquematizar o conteúdo das aulas, para que ele possa entender os principais conceitos da matéria através de esquemas claros e didáticos;
- Evitar que o aluno leia em voz alta perante a turma, pois ele tem consciência de seus erros. A maioria dos textos de nível superior é difícil para ele.

TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)

- Prestar atendimento individualizado a esse aluno;
- Permitir avaliação oral;
- Explicar o conteúdo mais de uma vez;
- Permitir que a avaliação escrita seja realizada com tempo maior do que para os outros alunos;
- Pedir que ele ouça a sua pergunta até o final, isto porque tem dificuldade de ouvir a pergunta toda;
- Procurar entender a sua produção textual, uma vez que tem dificuldade em leitura e escrita;
- Buscar meios que o levem a completar a tarefa solicitada, pois não é persistente.

TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA

- Utilizar estratégias para o acolhimento do aluno junto aos seus pares;
- Orientá-lo a sentar-se em local mais central entre os colegas, permitindo-lhe a visualização dos colegas ao lado e à frente.
- Oferecer uma previsibilidade dos acontecimentos que ocorrerão durante a aula, porque a organização de todo o contexto torna-se uma referência para sua segurança interna, diminuindo assim o nível de angústia, ansiedade, frustração e distúrbios de comportamento;
- Realizar atividades em dupla ou em grupo;
- A aula deve ser planejada, de modo que o aluno perceba a organização;
- Respeitar o ritmo de seu envolvimento e execução das atividades em sala de aula;
- Valorizar suas possibilidades;
- Utilizar, dentro do possível, recursos visuais, porque esse aluno tem mais facilidade de compreensão visual;
- O professor deve impor limites claros e firmes;
- Caso o aluno apresente alguma estereotopia (momentos repetitivos) ou ecolalia (repetição de palavras ou frases), o professor deve interromper a situação dirigindo a atenção dele para a atividade que estava desenvolvendo.

Os procedimentos acima recomendados fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva. Caso identifique algum aluno com necessidades educacionais especiais, por favor, informe ao Coordenador (a) do curso e comunique-se com o NAPSI – Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para que possa receber as orientações necessárias.



PLANO DE AÇÃO PARA A ACESSIBILIDADE:

Construindo um espaço
inclusivo no ensino
presencial...

Prezado(a) Gestor(a) de Unidade,

Atendendo ao disposto no Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, elencamos abaixo os principais requisitos necessários para a promoção da acessibilidade dos alunos com deficiência.

DEFICIÊNCIA FÍSICA (paralisia cerebral)

- Alocar a turma que tenha aluno com deficiência física matriculado em prédio com rampas ou elevador;
- Eliminar barreiras arquitetônicas para circulação do aluno, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo do campus, principalmente a biblioteca;
- Reservar vagas no estacionamento do campus, utilizando a sinalização universal;
- Construir rampas e escadas com corrimãos e sinalizadas com piso tátil ou colocar
- Elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;
- Adaptar portas e banheiros com espaço suficiente para permitir acesso de cadeira de rodas;
- Colocar barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Colocar barra na parte inferior da lousa, caso necessário;
- Instalar lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;
- Sinalizar o campus utilizando os símbolos internacionais de acesso (design universal);
- Dispor, na sala de aula, mesa adaptada à altura e condições físicas do aluno usuário de cadeira de rodas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade NBR-9050/2004 da ABNT.

DEFICIÊNCIA VISUAL (Cegueira)

- Alocar a turma que tenha aluno cego matriculado em prédio com rampas ou elevador;
- Disponibilizar um funcionário administrativo no primeiro dia de aula, para receber o aluno cego no sentido de favorecer-lhe o conhecimento do espaço físico da Instituição de Ensino Superior - IES;
- Disponibilizar um funcionário administrativo, por período necessário, até que o aluno cego construa o mapa mental dos espaços da IES;
- Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia Braille e impressora Braille acoplada ao computador e gravador;
- Criar espaço adequado na biblioteca para uso do sistema DOS-VOX pelo aluno cego;
- Zelar, permanentemente, pelo computador em que está instalado o DOSVOX (sistema de síntese de voz);
- Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de fitas sonoras para uso didático;
- Disponibilizar, quando necessário, alunos leitores para cegos;
- Admitir a entrada e permanência de cão-guia na sala de aula;
- Colocar piso tátil no caminho que o aluno cego deve percorrer para acessar os espaços dentro da IES.

DEFICIÊNCIA VISUAL (Baixa Visão)

- Manter sala de apoio equipada com fotocopidora que amplie textos, software de ampliação de textos, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- Disponibilizar computador com programa DOS-VOX, caso o aluno solicite;
- Colocar piso tátil com cor contrastante no caminho que o aluno com baixa visão deve percorrer para acessar os espaços dentro da IES.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- Estabelecer contato com o Curso de Letras (Português-Literaturas) no sentido de oferecer apoio em Língua Portuguesa Instrumental.

SURDEZ

- Providenciar a contratação de intérprete de LIBRAS, quando o aluno solicitar;
- Estimular o bibliotecário a multiplicar a capacitação em LIBRAS para os seus auxiliares.

Vale, ainda, ressaltar que a FASSEB busca ampliar suas ações e para favorecer a inclusão de portadores de deficiência. Os procedimentos recomendados nestes documentos fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva.

Caso identifique algum aluno com necessidades educacionais especiais, por favor, informe ao Gestor Acadêmico da IES e com o NAPSI, para que possa receber as orientações necessárias.

Uma de nossas atribuições junto aos alunos com necessidades educacionais especiais é criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a sua plena inclusão educacional.



PLANO DE AÇÃO PARA A ACESIBILIDADE:

Sugestões de procedimentos
metodológicos para as disciplinas
online

Elaboração e organização:
Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAPSI
FASSEB – Faculdade Assembleiana do Brasil
Prof. Dr. Jeová Rodrigues dos Santos,
Prof. Me. Rogeh Alves Bueno, 2015

Uma das tarefas do professor/tutor junto aos alunos com deficiência ou com problemas específicos de aprendizagem é criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a sua plena inclusão no conjunto da turma, tanto nos momentos presenciais quanto na sala de aula virtual. A partir dessa percepção, sugerem-se alguns procedimentos metodológicos que possibilitarão a esses alunos lograrem sucesso na aprendizagem em ambientes virtuais. Estão elencados, a seguir, os procedimentos mais relevantes por categoria de deficiência e/ou de problemas específicos de aprendizagem.

DEFICIÊNCIA FÍSICA (paralisia cerebral)

- Permitir o uso de digitador (familiar, amigo ou colaborador da IES) para o envio de mensagens e postagem nos tópicos dos fóruns de discussão, nas ferramentas de mensageria, bem como em outros recursos de interação entre colegas e tutores;
- Disponibilizar as postagens de outros alunos na ferramenta “anotações” para o aluno com deficiência, ou outra ferramenta análoga, de modo a permitir uma organização mais acessível das informações;
- Solicitar avaliação oral presencial, caso o aluno tenha muita dificuldade na escrita e/ou no manuseio do equipamento (mouse e teclado) utilizado nas avaliações;
- Permitir que, durante as aulas práticas realizadas em laboratórios, onde são utilizadas vidrarias, reagentes e altas temperaturas, o aluno, caso necessário, participe apenas como observador. Se houver necessidade de operação de instrumentos por parte do aluno, como tarefa inerente à formação, o tutor da disciplina prática deverá solicitar réplicas de baixo risco (como plástico e soluções líquidas inertes, por exemplo) para que não haja prejuízo na formação do aluno;
- Solicitar ao Coordenador de Curso possíveis adaptações no material didático para atender necessidades individuais e consequente customização da forma de entrega desses materiais, se for o caso.

DEFICIÊNCIA VISUAL (Cegueira)

- Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso a disponibilização de versão em áudio para os vídeos e teletransmissões;
- Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso versão em texto compatível com os softwares de leitura (DOS-VOX, JAWS, entre outros) para o material online;
- Permitir o uso de digitador (familiar, amigo ou colaborador da IES) para o envio de mensagens e postagem nos tópicos dos fóruns de discussão, nas ferramentas de mensageria, bem como em outros recursos de interação entre colegas e tutores;
- Utilizar linguagem adequada para indicar com precisão, o lugar exato, usando termos como: à sua frente, em cima etc., em vez de “ali”, “aqui”;
- Viabilizar o acesso e garantir condições adequadas para o cão-guia, se for o caso;
- Disponibilizar colaborador para reconhecimento físico da estrutura da IES (sala de teletransmissão, laboratório etc.);
- Fazer uso da avaliação oral, caso necessário;
- Combinar com o aluno a melhor forma de elaboração dos instrumentos de avaliação (prova oral, prova transcrita em braille ou com o auxílio de um leitor).

DEFICIÊNCIA VISUAL (Baixa Visão)

- Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso mecanismo de ampliação de vídeo (tela cheia) para visualização de aulas teletransmitidas;
- Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso mecanismo de ampliação do tamanho das letras (fonte) do conteúdo online, ou de conversão da versão online para versão em texto compatível com tecnologias de geração de áudio a partir de texto;
- Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso versão em áudio para os vídeos e teletransmissões;
- Fazer uso da avaliação oral, caso necessário.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- Orientar todos os colaboradores e tutores para evitar o impulso de se falar mais alto toda vez que se está diante de um aluno com deficiência auditiva;
- Confirmar, junto ao aluno, as necessidades específicas em função do grau de deficiência auditiva apresentada (por exemplo, se o aluno usa aparelhos auditivos de amplificação);
- Confirmar ou solicitar ao Coordenador do Curso à versão em LIBRAS das aulas teletransmitidas, bem como confirmar com o aluno se ele adquiriu essa língua formalmente;
- Aceitar a carência de vocabulário e/ou organização sintática incomum como características das limitações de estrutura linguística desse público, nos eventos em que haja necessidade de expressão escrita (mensagens, fóruns, avaliações etc.);
- Estimular o aprendizado da Língua Portuguesa, por meio de oficinas ou mentoria, principalmente na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à matéria que está sendo ensinada e às necessidades de emprego formal da Língua para a formação de nível superior;
- Permitir o uso de dicionários (de termos, de sinônimos, de regência etc.) durante a realização de avaliações, exceto os dicionários de cunho enciclopédico;
- Adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico, em detrimento da construção sintática e dos elementos gramaticais correlatos (como regência e concordância, por exemplo);
- Providenciar um colaborador da IES para eventuais dúvidas e/ou necessidades especiais.

DEFICIÊNCIA MENTAL

OBSERVAÇÃO: A característica marcante do quadro de deficiência mental é um atraso no desenvolvimento global do indivíduo. Ele apresenta uma lentidão no seu desenvolvimento, conseqüentemente, no seu processo de aprendizagem. Entretanto, o aluno com deficiência mental pensa com lógica e raciocina.

- Oferecer ao aluno abordagens de conteúdo de maneira mais ajustada às suas condições individuais, valendo-se, para tal fim, da biblioteca virtual, da central de mensagem da disciplina e outros recursos análogos;

- Introduzir atividades complementares às previstas, de caráter formativo, para auxiliar o aluno nos processos de ensino e de aprendizagem e de nivelamento de lacunas curriculares oriundas da Educação Básica, na medida do possível;
- Adaptar os critérios regulares de avaliação, caso seja necessário;
- Aumentar o tempo de realização da prova para o aluno.

DISLEXIA (distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração)

- Oferecer atenção individualizada;
- Permitir a realização de provas oralmente;
- Aumentar o tempo de realização da prova para o aluno;
- Incentivar o aluno a restaurar a confiança em si próprio, valorizando o que ele gosta e faz bem feito;
- Ressaltar os acertos, ainda que pequenos, e não enfatizar os erros;
- Valorizar o esforço e o interesse do aluno;
- Evitar o uso da expressão “tente se esforçar” ou outras semelhantes, pois o que ele faz é o que ele é capaz de fazer no momento;
- Falar francamente sobre suas dificuldades sem, porém, fazê-lo sentir-se incapaz, mas auxiliando-o a superá-las;
- Respeitar o seu ritmo, especialmente devido aos problemas de processamento da informação e seus reflexos na linguagem;
- Levar em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa língua quando corrigir atividades, exercícios ou questões discursivas;
- Buscar compreender, junto ao aluno, as formas pelas quais ele possui mais facilidade para adquirir e reter informação (visual, texto, vídeo etc.), e solicitar customização de conteúdo, se for o caso, para essa finalidade;
- Fornecer “dicas” específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina;
- Esquematizar o conteúdo das aulas, para que ele possa entender os principais conceitos da matéria através de esquemas claros e didáticos.

TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)

- Prestar atendimento individualizado a esse aluno;
- Permitir avaliação oral;
- Explicar o conteúdo mais de uma vez;
- Permitir que a avaliação escrita seja realizada com tempo maior do que para os outros alunos;
- Pedir que ele ouça a sua pergunta até o final, isto porque tem dificuldade de ouvir a pergunta toda;
- Procurar entender a sua produção textual, uma vez que tem dificuldade em leitura e escrita;
- Buscar meios que o levem a completar a tarefa solicitada, pois não é persistente.

Os procedimentos acima recomendados fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva.

Caso identifique algum aluno com deficiência ou com dificuldade específica de aprendizagem, por favor, informe ao Gestor Acadêmico e à Coordenação do Curso. Se for necessário, comunique-se com o NAPSI – Núcleo de Apoio Psicopedagógico da instituição.